

lidando com desenvoltura com grande massa de documentos sobre os debates relacionados à aprovação e aplicação da lei de 1871. Comparada às três primeiras, esta parte do livro é de leitura mais pesada, muito embora o historiador saiba driblar o peso dos longos e maçantes relatórios ministeriais com a leveza da ironia, técnica que, empregada com habilidade, revela o leitor formado no trato com a ficção de Machado de Assis.

Assim como para alguns estudiosos da obra machadiana, o resultado do primeiro recenseamento geral, em 1872, que vai acusar a existência de uma população de 70% de analfabetos, pode ter influenciado a grande guinada que irá ocorrer com *Memórias póstumas de Brás Cubas*, na leitura de Hélio de Seixas Guimarães, em *Os leitores de Machado de Assis* (2004), Chalhoub aventa hipótese semelhante, mas em relação à experiência de Machado enquanto funcionário da Diretoria da Agricultura, onde lidava cotidianamente com a execução do fundo de emancipação dos escravos, criado pela lei de 1871, e cuja aplicação encontrava forte resistência entre os conselheiros do Império. Por seu lado, os “homens de letras” Joaquim Manuel de Macedo e José de Alencar, colaboravam na manutenção desse clima de resistência com a criação de obras, respectivamente, *As vítimas-algozes* (1869), *O tronco do ipê* (1871) e *Til* (1872), cujo propósito, na leitura do historiador, era mostrar que os escravos representavam uma ameaça para os senhores, ou então que a lei de 28 de setembro de 1871 fora responsável pelo desaparecimento do “paraíso senhorial” (p. 194).

Nesse cenário em que retórica parlamentar e literária davam-se as mãos para impedir, senão protelar ao má-

ximo, que os senhores de escravos perdessem os bens a que tinham direito — o “elemento servil” —, Chalhoub identifica nas sociedades criadas por escravos libertos e seus descendentes, com o objetivo de promover a compra de seus membros “sujeitos” (isto é, ainda não alforriados), as vozes da resistência, aquela “solidariedade horizontal”, a conviver com o paternalismo dos senhores de escravos.

Se dentre os méritos inquestionáveis de *Machado de Assis, historiador* está a refutação cabal do alheamento do escritor em relação à realidade político-social de seu tempo, para tanto a fatura do texto machadiano sendo interpretada como recriação ficcional dos acontecimentos históricos da década de 1870 — a crise da classe senhorial-escravista advinda com a promulgação da Lei do Ventre Livre —, contribuição não menor do livro de Sidney Chalhoub foi mostrar quão férteis podem ser os estudos (não apenas em relação à obra de Machado de Assis) que investigam a inter-relação literatura e história.

Silvia Maria Azevedo é professora no Departamento de Literatura da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, campus de Assis. Autora de *O rei dos jagunços de Manuel Benício: entre a ficção e a história* [EDUSP, 2003] e organizadora de *Romances e novelas* [Landy, 2002].

UM DEFUNTO ESTRAMBÓTICO: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DAS MEMÓRIAS PÓSTUMAS DE BRÁS CUBAS.

Valentim Facioli. [São Paulo: Nankin Editorial, 2002, 168 P.]

Um defunto estrambótico saiu em uma época de franca renovação dos estudos sobre Machado de Assis. A pro-

posta do livro de Valentim Facioli apresenta-se num tom assumidamente didático, pois dedicado, *a priori*, a estudantes pouco iniciados no tema, particularmente aqueles que se deparam sem armas perante o “antilivro” machadiano — forma como Facioli se refere às *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

Dividido em nove capítulos de extensões variadas, os mais densos parecem ser o terceiro (“Aspectos da narrativa”, p. 56-92) e o consecutivo (“O narrador”, p. 93-126), não por acaso, os dois mais extensos.

Após apresentar, nas primeiras trinta páginas, um painel abrangente das idéias vigentes no Brasil (“país então sem qualquer tradição de pensamento teórico”, p. 16), destacando o papel da escravatura, sob a bênção do clero — que compactuava “amplamente com a prática escravista” (p. 21) —, as benesses do Império e a argumentação falaciosa dos grandes proprietários de terra e de seus escravos, Facioli alerta, no segundo capítulo, para o perigo do biografismo — critério que levou parte dos críticos a passar ao largo da inovação estética aportada por Machado em seu tempo.

Em “Aspectos da narrativa”, tendo apontado as possíveis “fontes” do escritor, e lembrando ao leitor o enredo do romance e sua importância para o conjunto da obra (“o texto machadiano, a partir da década de 1870, constitui uma unidade produtiva”, p. 46), Valentim introduz gradativamente as principais questões levantadas por diversos estudiosos machadianos (a volubilidade do narrador da elite — Schwarz; a filiação à sátira menipéia — Merquior; a ligação entre literatura e história — Gledson; a inovação de Machado frente à literatura brasileira da época — Candido; o olhar de uns e outros personagens, de acordo com a sua posição social — Bosi; a referência a Luciano de Samósata — Enylton

Rego), deixando espaço para estudos mais recentes (as fontes francesas de Machado — Gilberto Passos; a constituição do público leitor à época de Machado — Hélio Guimarães; a crônica como laboratório do romancista — Dílson Cruz), citando também as colaborações de historiadores e sociólogos (Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Francisco de Oliveira e Luiz Felipe Alencastro), além de lembrar algumas das prováveis referências do escritor (Schopenhauer e Pascal; Shakespeare, Swift, Lesage; *A Bíblia* etc.).

O subcapítulo “Esse Brás Cubas: o nome” lega um amplo campo de investigação aos novos (e velhos) machadianos. As possibilidades de vincular o nome do narrador-personagem ao *Brasil* (e talvez a *Cuba*) são inúmeras e comprovam um dos caminhos por onde pode trilhar a nova crítica, apesar das ressalvas do próprio ensaísta quanto aos limites interpretativos baseados na motivação dos nomes.

O quarto capítulo (“O narrador”) talvez seja o melhor dimensionado. Enfoca a inovação do romance para o próprio Machado e perante a literatura brasileira produzida no período. Facioli lembra que, lá, a relação entre autor e leitor sofreria uma guinada: ao “narrador pouco-confiável” corresponderia uma personagem dúplice e, também, um leitor não ocioso, mas crítico: apto a relativizar a eficácia no exercício de desmascaramento proposto pelo próprio narrador.

No subcapítulo “Ponto de vista da morte”, Valentim apresenta uma das idéias mais originais: a de que Brás Cubas, “em busca de uma superioridade qualquer” (talvez a verdadeira razão para a sua idéia fixa), apesar de perder para a morte, vingasse de sua condição de finado. Do mundo de lá, produz um autêntico livro-mortuário, com cheiro “de sepulcro”, revivendo as delícias de

Brás Cubas: legítimo *bon vivant*, revisto sob a ótica de um Brás Cubas falecido — narrador nem por isso menos vivaz — e, por esse motivo mesmo, estrambótico. Esclarecidos os conceitos de “ironia” e “paródia”, e retomando a filiação do romance à “sátira menipéia”, Facioli sugere outra tese produtiva: a de que o principal antagonista do narrador Brás Cubas seria o próprio Machado de Assis, mesmo porque o discurso do criador (autor) permite antever o desmascaramento *no* desmascaramento — supostamente articulado pelo narrador ao longo dos cento e sessenta capítulos, no romance.

Ao realismo ilustrado pelas experiências da personagem, presentificadas pelo narrador Brás Cubas, funde-se o caráter alegórico do livro: o canhestro processo “civilizatório” brasileiro, fora de tempo. Processo que combina desvairadamente modernidade e atraso, aplicando de um foco errôneo teorias do velho mundo a uma nação de raros leitores e, dentre esses, poucos realmente afeitos a teorizações.

Brás Cubas é “uma personagem muito rica, pretensamente moderna e ilustrada, e, contudo, beneficiária arrogante ainda que também humilhada da situação propiciada pela escravidão e pelas enormes desigualdades sociais” (p. 76).

Os sintomas lembrados por Valentim são trágicos: considerar o escravo como propriedade e desprezar o trabalho, como forma de justificar o ócio improdutivo — perversa marca de distinção social: “não há sequer sombra de ‘contrato social’, e o trabalho, desqualificado e sem salários, é tão-somente obrigação moral do pobre” (p. 127).

No caso muito particular do morto Brás, o tempo para pensar e recontar sua vida pretende evidenciar o seu desapego em relação ao dinheiro. Entretanto, Facioli

lembra que é com o dinheiro herdado dos Cubas que Brás compra o amor de uma prostituta (Marcela); adquire “fumaças de fidalguia e nobreza” estudando por fetiche em Coimbra (desculpa para o tempo em que se dedicou a e se deliciou com as mulheres da Europa) e, entre outros poucos feitos, conquista um amigo de última hora, que lhe presta a derradeira homenagem, à beira da cova. É que “em toda a narrativa o dinheiro não desempenha nenhuma função propriamente moderna” (p. 90).

Em suma, *Um defunto estrambótico* reúne algumas inegáveis contribuições de Facioli, na releitura do romance: 1) *Memórias póstumas de Brás Cubas* inaugura na ficção machadiana a perspectiva narrativa baseada na ótica dos homens poderosos; 2) o romance reúne duas narrativas: a do narrador (“ponto de vista da morte”) e a da personagem Brás Cubas (bem viva e revivida sob a pena do narrador); 3) o romance não encontra par na ficção machadiana (e na brasileira, de seu tempo) porque se aproveita esteticamente do tão relativo liberalismo brasileiro e da questionável manutenção da escravatura, como itens que servem em essência a reafirmar os privilégios do medalhão Brás — sorte de versão aprimorada de Janjão (do conto “Teoria do medalhão”).

Brás, personagem, deve ser estudado a partir de seus comportamentos discrepantes, em relação à cínica confissão do narrador: “a psicologia e o comportamento de Brás Cubas revelam esse jogo disparatado, cuja regra é mutável, ou melhor, obedece a uma lógica, mas não a regras, de acordo com as conveniências dos dominantes” (p. 120).

Dito de outra forma, *Um defunto estrambótico* não só propõe que se leia o romance desconfiando do próprio

pacto suposto pelo narrador Brás Cubas. Trata-se de livro *antilivro*, escrito por um morto que revive, especializado em vida (mas vida morta, improdutiva). De fato, o estudo de Valentim comporta três roteiros de leitura: a referencial (que dá conta do contexto histórico e social brasileiro, à época de Machado e do tempo da narrativa: 1805-69); a crítico-teórica (que se concentra na inovação formal aportada pelo romance) e a impressionista (dado o tom marcadamente subjetivo que o próprio Facioli deixa transparecer na “Introdução” e em “À guisa de fecho”).

Não se trata, exclusivamente, de um mero apanhado das contribuições mais relevantes sobre as *Memórias póstumas de Brás Cubas*, mesmo porque, em meio às didáticas explicações sobre conceitos-chave, propostos pela crítica, Valentim inclui as suas próprias impressões e juízos de leitura.

De certo modo, o estudo responde a uma demanda de cunho pessoal (do próprio ensaísta), sem perder de vista a contribuição da chamada academia. Êxito duplo para o crítico e proveito do leitor: enfrentar outra vez os vários ângulos de leitura proporcionados pelo romance. Serve também como desprezioso mas seguro guia de leitura — não destinado apenas aos iniciantes no quesito “Machado”, apesar da reafirmada modéstia com que Valentim Facioli abre e fecha seu livro.

Jean Pierre Chauvin é doutorando em Teoria Literária e Literatura Comparada na Universidade de São Paulo, autor de *O Alienista: a teoria dos contrastes em Machado de Assis* [Reis Editorial, 2005].

A FORMAÇÃO DO NOME. DUAS INTERROGAÇÕES SOBRE MACHADO DE ASSIS.

Abel Barros Baptista. [São Paulo: Editora UNICAMP, 2003, 276 P.]

AUTOBIBLIOGRAFIAS. SOLICITAÇÃO DO LIVRO NA FICÇÃO DE MACHADO DE ASSIS.

Abel Barros Baptista. [São Paulo: Editora UNICAMP, 2003, 608 P.]

Com dois livros escritos sobre Machado de Assis (*A formação do nome — Duas interrogações sobre Machado de Assis* e *Autobiografias — Solicitação do livro na ficção de Machado de Assis*, ambos publicados em 2003 pela Editora da Unicamp), Abel Barros Baptista constrói um lugar singular na biblioteca da crítica machadiana. Seus extensos e rigorosos trabalhos criam um território crítico-geográfico próprio, que proporciona a liberdade necessária para se avançar na renovação da prática de leitura dos romances pertencentes à chamada segunda fase da produção ficcional do mais célebre romancista brasileiro dos oitocentos.¹ Situado num contexto em que “os estudos brasileiros ocupam lugar modestíssimo”,² o projeto crítico do professor de Literatura Brasileira da Universidade Nova de Lisboa tira partido da não-familiaridade do nome Machado de Assis no campo dos estudos literários de seu país, condição prévia para assegurar à obra do autor brasileiro identidade especial no acervo de literatura estrangeira em Portugal. Abre-se, em decorrência deste estatuto de exílio, uma vertente de acesso ao texto machadiano que foge deliberadamente dos caminhos previstos nos mapas desenhados pela tradição de estudiosos brasileiros e pela linhagem de pesquisadores estrangeiros do escritor.

Trata-se de um programa de estudos de longo curso